

**HABEAS CORPUS Nº 501.116 - PI (2019/0088215-3)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : JADER MADEIRA PORTELA VELOSO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : JADER MADEIRA PORTELA VELOSO - PI011934  
JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - PI011744  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ  
**PACIENTE** : JOAO VICTOR GIMARAES SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOÃO VICTOR GUIMARÃES SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí no HC n.º 0700453-15.2019.8.18.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 20/07/2018, sendo posteriormente denunciado como incurso no art. 157, § 3.º, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 50-54).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela Corte de origem, em acórdão assim ementado (fls. 178-179):

"HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIME DE TENTATIVA DE LATROCÍNIO, EM CONCURSO FORMAL. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. FEITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE RÉUS. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA. JUSTIFICANDO A TRAMITAÇÃO MAIS COMPASSADA DO PROCESSO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO CONFIGURADO. CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais.

2. In caso, trata-se de feito complexo pela pluralidade de acusados, com advogados diferentes, necessidade de expedição de carta precatória, aumentando de forma considerável a complexidade do feito e, em consequência, o lapso temporal para a sua conclusão, não podendo, assim, ser tal extensão temporal atribuída a desídia do juízo, mas sim as peculiaridades processuais do caso.

3. Não sendo acostado aos autos, documento capaz de comprovar a desnecessidade da custódia cautelar do paciente, fica inviabilizada a concessão da liberdade do paciente.

4. Habeas Corpus denegado. Decisão unânime."

Neste *writ*, os Impetrantes alegam, em suma, a existência de excesso de prazo da segregação cautelar, pois o Paciente "*se encontra recluso há mais oito meses sem sequer a audiência de instrução e julgamento tenha iniciado*" (fl. 4). Registram que o "[r]etardo processual que se deu, exclusivamente, em razão das sucessivas e frustradas tentativas de citação do corréu" (*ibidem*).

Requerem, liminarmente e no mérito, seja determinada a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente, sem prejuízo da imposição de cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Pugnam, ainda, pela intimação pessoal acerca da sessão de julgamento.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

Não está configurado um dos pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar, qual seja, o *fumus boni iuris*, pois o direito invocado pela Parte Impetrante não é de reconhecimento inequívoco.

No caso, a Corte de origem, quanto ao alegado excesso de prazo, consignou, *in verbis*, que (fls. 182-183; sem grifos no original):

"[...]

*Da compulsão dos autos, observa-se, que o constrangimento ilegal por excesso de prazo na conclusão da instrução criminal não está configurado, tendo em vista, tratar-se de feito de alta complexidade, com pluralidade de acusados, com advogados diferentes, necessidade de expedição de carta precatória, vez que um dos acusados se encontra preso na Comarca de São Raimundo Nonato/PI, aumentando de forma considerável a complexidade do feito e, em consequência, o lapso temporal para a sua conclusão, não podendo, assim, ser tal extensão temporal atribuída a desídia do juízo, mas sim as peculiaridades processuais. Acerca do excesso de prazo para formação da culpa, compartilho do entendimento de que os prazos processuais não são peremptórios, fatais, admitindo dilação diante da complexidade do feito a exigir do magistrado a adoção de providências judiciais que justifiquem um trâmite mais demorado da ação penal.*

*A jurisprudência consolidada não difere deste entendimento, portanto, apesar da edição da Lei nº 11.719/08 determinar que a instrução deve ser encerrada no prazo de 60 (sessenta) dias, quando forem necessárias a realização de diligências, tal prazo tem sido relativizado dado à peculiaridade de cada caso concreto, principalmente em se tratando de processo complexo, como no caso em tela, permitindo a lei uma elasticidade maior. Portanto, o excesso de prazo na formação da culpa, no presente caso, resta justificado.*

"[...]."

Como se vê, a Corte local entendeu pela tramitação regular do feito, o que não se mostra, ao menos em cognição sumária, desarrazoado ou ilegal, sobretudo porque trata-se de processo com peculiaridades, já que apresenta pluralidade de acusados, com advogados diferentes, e necessidade de expedição de carta precatória. Ademais, em princípio, não se observa demora excessiva para a formação da culpa, porquanto os fatos foram supostamente praticados há menos de 1 (um) ano. Desse modo, em uma análise inicial, não se constata flagrante ilegalidade.

Esclarece-se, ainda, por oportuno, que a orientação consolidada do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "*[a] questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto*" (HC 398.067/BA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017).

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Para conhecimento dos causídicos, notifico que a data de julgamento será informada no *site* do Superior Tribunal de Justiça com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, mormente sobre o estágio atualizado do feito e a situação prisional do Paciente.

Oficie-se à Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

